

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

MARIA DALVA DINIZ LIRA

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL NA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

SÃO SIMÃO

2013

MARIA DALVA DINIZ LIRA

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL NA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Educação Física da Faculdade de Educação Física pela Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Professor Dr. Ari Lazzarotti Filho.

SÃO SIMÃO

2013

MARIA DALVA DINIZ LIRA

**A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL
NA MODALIDADE À DISTÂNCIA**

Esta monografia foi aprovada em sua versão final.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a princípio a Deus, que me permitiu a inteligência.

Ao meu orientador Ari, pelas orientações precisas em todos os momentos solicitados, e a todos os meus amigos que me acompanharam nesta longa caminhada e que juntos conseguimos vencer mais uma etapa em nossas vidas.

Obrigado a todos!

RESUMO

A Educação à Distância tem despertado significativo interesse de vários grupos e instituições nos últimos anos. Esse interesse é global e independe do grau de desenvolvimento social e econômico dos países. Mesmo com diferentes necessidades e expectativas, há indícios de um quase consenso da importância do aumento dos índices de escolaridade em todos os níveis com destaque para o segmento de adultos trabalhadores. A crescente demanda por formação conhecimento e atualização ocorre concomitante com a expansão das tecnologias de comunicação e informação, o que coloca a EAD como uma alternativa promissora para o atendimento educacional nesse cenário. Após contextualizar a Educação à Distância no Brasil, o trabalho traz um breve questionamento sobre o que é Educação à Distância seus conceitos e características e seus elementos construtivos na visão de diferentes autores. Em seguida reflete-se sobre as diferentes concepções de EAD, as diferenças e semelhanças entre a educação presencial e a educação à distância. É uma discussão sobre a Educação à Distância na Educação Física Brasileira.

Palavras-chaves: Educação à Distância – Educação Presencial - Formação de Professores.

ABSTRACT

The distance education has attracted significant interest from various groups and institutions in recent years. This interest is global and independent of the degree of social and economic development of countries. Even with different needs and expectations, there is evidence of a near consensus of the importance of higher levels of education at all levels especially in the segment of adult workers. The growing demand for training and updating knowledge occurs concomitant with the expansion of information and communication technologies, which puts the EAD as a promising alternative for the educational service in this scenario. After contextualizing the Distance Education in Brazil, the paper presents a brief questioning of what is Distance Education concepts and their characteristics and their constructive elements in view of different authors. Then he reflects on the different conceptions of ODL, the differences and similarities between classroom education and distance education. This is a discussion on distance education in Brazilian Physical Education.

Keywords: Distance Education - Education classroom - Teacher.

LISTA DE ABREVIATURAS

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

EAD – Educação à Distância

SEED – Secretária de Educação à Distância

UAB – Universidade Aberta do Brasil

MEC – Ministério da Educação

GTEADES – Grupo de Trabalho de Educação à Distância

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

ANFOBE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

ED – Educação à Distância

IES – Instituições de Ensino Superior

TICS – Tecnologia da Informação e Comunicação

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizado da Indústria

CNE – Conselho Nacional de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I - HISTÓRIA E CONCEITOS.....	11
1.1 Educação à Distância: Evolução Histórica.....	13
1.2 Políticas em EAD.....	15
1.3 Entendendo a Educação à Distância.....	17
1.4 O EAD no Brasil.....	20
1.5 EAD e sua organização.....	22
CAPITULO II – O QUE É O ALUNO, PROFESSOR E TUTOR VIRTUAL.....	24
2.1 Competências e Habilidades	26
2.2 Ser aluno X Ser Estudante.....	29
2.3 o Estudante em EAD.....	31
2.4 Quem é o Estudante Virtual.....	33
CAPITULO III – FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
3.1 A História da Educação Física no Brasil.....	36
3.2 Formação de Professores de Educação Física na Modalidade a Distância.....	38
3.3 Formação de Professores à Distância.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, existe uma crescente demanda social de formação, devido às exigências de níveis mais elevados de formação, aos avanços tecnológicos, à insuficiência de qualificação e às novas tendências demográficas. A entrada cada vez mais significativa de mulheres no mundo do trabalho, o intenso processo migratório de mão-de-obra do campo em direção aos grandes núcleos urbanos e de regiões menos desenvolvidas para as mais industrializadas, a aposentadoria de uma parcela qualificada da mão-de-obra, especialmente em alguns setores como o da educação, diante das mudanças nas regras da aposentadoria, vêm modificando o mercado de trabalho.

Torna-se cada vez mais urgente e necessário proporcionar formação a esses novos grupos para que tenham acesso às qualificações e conhecimentos requeridos. Na atualidade, existe um nível de desemprego e uma insuficiência de qualificações. Há uma divergência entre as capacidades exigidas nos novos trabalhos e os conhecimentos que dispõe o conjunto dos trabalhadores. Por isso, torna-se imperativo aumentar o nível de formação dos jovens que chegam ao mercado do trabalho e, ao mesmo tempo, atualizar e melhorar as qualificações da mão-de-obra existente mediante uma educação e uma formação contínua e permanente.

Em 1972, a UNESCO, ao traçar algumas diretrizes para o ensino, afirmava que:

A educação deve ter por finalidade não apenas formar as pessoas visando uma profissão determinada, mas, sobretudo colocá-las em condições de se adaptar a diferentes tarefas e de se aperfeiçoar continuamente, uma vez que as formas de produção e as condições de trabalho evoluem: ela deve tender, assim, a facilitar as reconversões profissionais” (UNESCO, 1972).

Portanto, a crescente demanda por educação, devida não somente à expansão populacional como, sobretudo às lutas das classes trabalhadoras por acesso à educação, ao saber socialmente produzido,

concomitantemente com a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos está exigindo mudanças em nível da função e da estrutura da escola e da universidade.

Os atuais sistemas educativos formais, porém, têm-se apresentados incapazes de atender às necessidades massivas, diversificadas e dinâmicas de educação e formação de adultos. Por outro lado, o aumento de atendimento instrucional e as mudanças nos aspectos pedagógicos e tecnológicos implicariam o conseqüente aumento de custos, sobretudo nos níveis médio e superior.

Como atender às demandas crescentes por formação e atualização de conhecimentos e práticas profissionais, diante da situação de crise financeira que atravessam os países em desenvolvimento, como o nosso, com reflexo imediato nas instituições de ensino superior? O século XX encontrou na Educação a Distância /EAD uma alternativa, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contando com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação.

A EAD passou a ocupar uma posição instrumental estratégica para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas.

Posso informar que a Educação Física a Distância, apesar de ter métodos diferentes, tem os mesmos objetivos da educação em si, tais como difundir o ensino, formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, para que assim, esta possa ser mais justa e igualitária.

Em relação ao objetivo, este trabalho pretende Conhecer a EAD em educação física, através de suas teorias e práticas e fornecer subsídios para a reflexão sobre a necessidade de uma nova postura educacional de docentes no contexto da EAD e abrir caminhos que busquem contribuir na construção da EAD.

CAPÍTULO I - HISTÓRIA E CONCEITOS

Desde o séc.XIX, a educação a distância era disponibilizada com o uso dos Correios e Telegrafo que transmitiam as instruções aos alunos através de correspondências, tornando a educação, mais acessível para alunos que se encontravam em áreas isoladas ou aquelas que não podiam cursar o ensino regular por fatores como a falta de tempo e as grandes distâncias em algumas regiões do País. Na década de 70 e 80, o Governo Federal criou uma comissão para discutir a questão do ensino a distância no Brasil. Somente na década de 90 pode-se observar implementações nas políticas de Educação a Distância com incentivos governamentais e mais estudos de programas e projetos para uma melhor garantia de qualidade.

O conceito em EAD é a de que ensinar é organizar situações de aprendizagem, planejar conteúdos apropriados, fornecer informações necessárias ao aluno, incentivar constantemente e buscar sempre mais fontes de informações para seu próprio estudo e desenvolvimento pessoal, provocar o pensamento do aluno e proporcionar a interaprendizagem. (Moraes, 1997)

A EAD foi concebida para ser uma modalidade de ensino com mais flexibilidade e com um sistema mais aberto.

Com mecanismos de participação e descentralização flexível, com regras de controle discutidas pela comunidade e decisões tomadas por grupos interdisciplinares. (Moraes 1997, p.68).

A concepção de educação baseia-se no princípio básico do construtivismo onde o que prevalece é a idéia de que o homem é dono de seu próprio conhecimento, onde constrói e define ações de acordo com a visão que tem da realidade (Moraes 1997). Visão esta que esta sempre aberta a mudanças. O processo de educação tem como base o pensamento crítico e produtivo com o conceito de que o aluno na resolução de um problema cria sua própria metodologia.

Em um processo educativo, se trabalha com todo tipo de implicações político social e cultural, assim, deve ser usado um bom recurso

didático com uma linguagem fácil e com inúmeros recursos tecnológicos de informação, com o propósito de construção do conhecimento.

A participação e a interação entre aluno-professor e a tecnologia a disposição, são peças essenciais para um curso a distância de qualidade, porém uma Instituição Educacional é responsável em um todo, criando boas estratégias de ensino, com mais eficácia, elaborando um material didático compatível com o nível a qual o curso se destina, que utilize não só um ambiente virtual, mas leituras, interpretação de textos, que exista uma avaliação adequada e que se mantenha bem inserida num contexto de instituição de Ensino de Qualidade.

Nos últimos anos foram criadas iniciativas no âmbito Federal e Estadual, com incentivos a modalidade de ensino a distância, Federal foi criada a SEED (Secretária de Educação a Distância), com a missão de atuar como um agente de inovação dos processos de ensino-aprendizagem e na Estadual surgiu principalmente para os programas de formação de professores que já estavam nas áreas distintas e que precisavam de reciclagem.

O sistema UAB veio para trazer cursos superiores em regiões onde são fora de alcance para muitos jovens e adultos, sejam pelo custo, pela distancia e algumas vezes por falta de tempo, esse sistema por ofertarem cursos gratuitos e aulas presenciais uma vez por semana e de boa qualidade vem ultrapassando barreiras de acesso ao ensino superior. Vale lembrar que por ser um ensino a distancia não deixa de ser menos importante, são supervisionados constantemente pelo MEC e pela universidade que adquiriu o programa, para que o curso seja sempre de boa qualidade. O ensino superior a distancia veio trazer a comunicação acadêmica em um ensino de qualidade.

A educação a distancia acontece quando alunos e professores não dividem o mesmo espaço físico, na qual as aulas vão até os alunos por meios de tecnologias de informação e comunicação. Nos últimos tempos com o avanço de novas tecnologias de comunicação trazida por meio de computadores ligados a uma internet trazem inúmeros benefícios para que muitos consigam ter acesso a um curso superior.

Em 2009, já existiam 556 pólos da UAB no Brasil, mas o objetivo é de até 2010 criar 850 a 900 nos pólos. É um sistema que oferece

cursos superiores para aqueles que não dispõem de tempo para freqüentar aulas presenciais, atende todo o público, mas sua maior prioridade é para os professores de educação básica.

Realmente a modalidade a distancia é de grande importância para a expansão do ensino superior. A inclusão de todos no sistema educacional superior o MEC criou em 2005 um órgão responsável pela efetivação do EAD, este é a atual UAB, uma espécie de consócio entre universidade pública, que se integram ao sistema e distribuem cursos a distancia, promovendo a democratização e interiorização de cursos superiores e de formação contínua, se não fosse assim a cidade na qual moramos nunca poderiam ter um pólo universitário, o órgão que criado para fiscaliza a UAB é a SEED.

Hoje são oferecidos muitos cursos gratuitos de graduação e pós-graduação, que estão espalhados nas regiões de: Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Brasília, Espírito santo, Maceió, Minas gerais, Mato Grosso do Sul, Mato grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins. No centro Oeste com 5 universidade, Nordeste com 9, norte com 3, sudeste com 12 e no sul do Brasil com 11 universidades, totalizando 291 pólos em 288 municípios, beneficiando mais de 100 mil pessoas, com um sistema assim deixa claro que o MEC tem um objetivo de dar cursos superiores a todos os cidadãos que buscam se especializar e ter uma boa formação acadêmica, estes cursos são rigorosos e os alunos devem ter autonomia enquanto estudantes para que consigam vencer todos os obstáculos para que consigam chegar ao final do curso.

1.1 Educação à Distância: Evolução Histórica

A educação à distância tem uma longa história, existe pelo menos desde o final do século XVIII, com um largo desenvolvimento a partir de meados do século XIX quando, foi criado o primeiro curso por correspondência,

por Sir Issac Pitman, Correspondence Colleges – Reino Unido (Andrade, 2000).

È bem provável que a origem do ensino à distância se deva a razões de ordem social e profissional ou mesmo cultural, associadas a fatores como o isolamento, a flexibilidade, a mobilidade, a acessibilidade ou a empregabilidade. De um modo geral o nascimento do ensino à distância tinha como objetivo suprir as carências do ensino tradicional (Santos 2000).

O ensino à distância teve um grande desenvolvimento com o aparecimento dos sistemas de comunicação bidirecional, entre formadores e formandos, aproveitando as capacidades da imagem, do som e do movimento para a transmissão de conhecimentos e para a introdução de ferramentas que possibilitavam maior interação e flexibilidade de estudo. O surgimento das comunicações assíncronas, como e-mail e as conferências por computador, representam uma evolução inovadora para o ensino à distância, e permitiram aos formandos comunicar, não só com o formador, mas também com outros formandos. Todos os meios mencionados tornaram-se mais interativos, mais fáceis de utilizar permitindo maior flexibilidade temporal e espacial.

A evolução da telemática e, especialmente da internet, veio alterar alguns conceitos de difusão e de gestão de informação dos conceitos clássicos tradicionais (Morais, 1998). O entendimento formal do ato de estudar/ensinar sempre esteve ligado à presença de um aluno/professor. Compreender e tentar se acostumar com a idéia de ter um computador como uma ferramenta de estudo, é uma idéia nova e, sem dúvida, um desafio. Empresas, faculdades e escolas técnicas estão entre as principais interessadas e principais incentivadoras nesse novo estilo de aprendizado.

Segundo ALVES (2001), “O Instituto Universal Brasileiro o (IUB) é um dos pioneiros no ensino a distância no Brasil e se mantém firme com os seus cursos por correspondência. É no mercado corporativo que está uma das maiores demandas para o ensino pela Internet. Não é à toa que grandes empresas estão lançando mão de cursos on-line para preparar seus funcionários, treiná-los e mantê-los atualizados.

Ainda segundo ALVES (2001), “O Brasil esta gerando grandes oportunidades e despertando interesses de empresas internacionais. Nota-se

investimentos milionários em cursos à distância no país, usando a Internet como a principal ferramenta.

1.2 Políticas em EAD

As políticas estabelecidas tanto no âmbito Federal como no Estadual, envolvem as Universidades, professores universitários, professores do ensino das redes estaduais e municipais e coordenadores da Secretaria Estadual de Educação. A política da educação a distancia já existe para as Instituições Governamentais, mas nas Instituições Acadêmicas ainda se encontram em processo de elaboração, mantendo ainda políticas indefinidas, que resultam em executar leis definidas somente pelas instituições governamentais. A política da EaD considera como regime próprio as normas do MEC (Ministério da Educação e Cultura).

O MEC considera 10 itens como sendo básicos para aprovação de um projeto pedagógico que mereça atenção das instituições e que trabalhem com programas de graduação a distância.

- Uma Política de Qualidade para o ensino superior;
- Uma identidade do curso bem visível para seu público alvo;
- Equipe de profissionais bem qualificados;
- Interação professor e aluno, em todo o processo;
- Infraestrutura de apoio para professores e alunos;
- Avaliação continua e de qualificada;
- Convênios e parecerias;
- Edital contendo informações detalhadas sobre o curso;
- Custos para manutenção da graduação à distância.

O Ministério da Educação vem investindo muito na criação de uma política em EAD no Brasil nestes últimos anos, para que se possa aumentar a oferta de acesso ao ensino superior. Em 2004, foi criado a GTEADES (Grupo de Trabalho de Educação a Distância para Educação Superior), o trabalho deste grupo se resume em formar estratégias para uma

nova EAD, com implantação nas Universidades, regendo-se pelas Políticas do MEC. Essas estratégias em janeiro de 2005 resultou no documento “Ações Estratégicas em Educação Superior a Distância em Âmbito Nacional”. Com base neste documento se reformulou toda a legislação que regulamentava o ensino em EaD em todo Território Nacional.

A lei de nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB - Prevê que a união deve dar um maior incentivo aos programas em EAD, tanto para o ensino Técnico, Graduações, Pós-graduação, com regulamentos básicos para exames e registro de diploma;

O Decreto nº 5.622/05 - Esta veio para complementar o Art.80 da LDB, definindo o que é a EAD. Quais as normas que a regem. Como as instituições devem proceder na oferta de seus muitos cursos. Como programar cada vez mais os métodos de ensino em EaD.

O Decreto nº 5.773/06 - Esta é uma versão bem atualizada do Decreto nº 6.303/07 – Que mostra em detalhes todos os aspectos que envolvem um novo credenciamento e o funcionamento das instituições, como é feito o reconhecimento dos cursos em cada modalidade do ensino superior e em EAD.

A ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) apontou a necessidade de que os órgãos oficiais como o MEC e a Secretaria de Educação criem princípios com base uma sustentável para uma boa Política Educacional em âmbito Nacional.

O PNE (Plano Nacional de Educação) – Defini regras e normas específicas para o ensino em EAD já em âmbito Nacional, democratizando o ensino de uma forma mais ampla, diminuindo as desigualdades regionais em todos os níveis da educação e reconhece o grande potencial do ensino a distância mostrando que nos dias de hoje ela é uma forte aliada para as grandes mudanças na Política Nacional de Educação. O PNE ressalta a importância de garantir o melhor padrão possível em qualidade de ensino e tenta a todo custo mostrar o quanto pode ser fatal a oferta desmedida, quando não há supervisão adequada. O Art.80 mostra que a EAD deve ser incentivada pelo poder Público, mas também mostra que é preciso controlar sempre, para que as ofertas sejam reais, seguras e de qualidade.

O documento “Referências de Qualidade para a Educação Superior a Distância” define princípios e normas e a Secretaria de Educação para Ensino Superior a Distância ajuda a todas as instituições particulares, no que diz respeito à regulamentação, supervisão e avaliação da EaD. Este documento veio para estimular debates, reflexão de toda a classe acadêmica, objetivando um ensino de qualidade superior tentando coibir as falsas ofertas de cursos, visando uma melhoria constante nas instituições credenciadas para programas de ensino a distancia.

1.3 Entendendo a Educação á Distância

A educação a distância se desenvolve através de recursos tecnológicos que mediam os processos de ensino-aprendizagem, onde alunos e professores se encontram em tempos e lugares diversos. Por isso é importante que o processo de ensino-aprendizagem deva estar adaptado aos diferentes níveis de conhecimentos dos alunos.

O artigo 1º do Decreto 5.622 de 2005 que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) caracteriza a EAD como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversas.

Afirmam que o conceito fundamental da educação a Distância é simples: alunos e professores estão separados pela distância e algumas vezes também pelo tempo. Partindo desta premissa, pode-se afirmar que a ED está vinculada à mídia, ao meio de comunicação. Moore e Kearsley (1996, p.1)

A primeira alternativa que permitiu as pessoas comunicarem-se sem estarem face a face foi à escrita. Devido a isto Landim (1997) sugere que as mensagens trocadas pelos cristãos para difundir a palavra de Deus são a

origem da comunicação educativa, por intermédio da escrita, com o objetivo de propiciar aprendizagem a discípulos fisicamente.

Compartilha em parte da opinião de Landim, ao defender a tese que a Educação a Distância iniciou com a invenção da imprensa, porque antes de Guttenberg "os livros, copiados manualmente, eram caríssimos e, portanto inacessíveis à plebe, razão pela qual os mestres eram tratados como integrantes da Corte. Detinham o conhecimento, ou melhor, os documentos escritos, que eram desde o século V a.C. feitos pelos escribas." Alves (1994, p.9)

Dentro da evolução da comunicação baseada na escrita, outro marco importante foi à criação em 1840, na Inglaterra, do Penny Post, (Moore e Kearsley, 1996, p.21 e Mattelart 1994, p. 21) que entregava correspondência, independente da distância, ao custo de 1 penny, o equivalente a 10 centavos. Embora Landim (1997, p. 2) mencione um anúncio da Gazeta de Boston de 1728 que oferecia material para ensino e tutoria por correspondência e Alves (1994, p.9) considere como a primeira experiência de EaD um curso de contabilidade na Suécia em 1833. Moore e Kearsley (1996, p. 20) destacam que o estudo em casa se tornou interativo com o desenvolvimento de serviços de correio baratos e confiáveis que permitiam aos alunos se corresponder com seus instrutores.

A partir desta estrutura - barateamento de material impresso e dos correios - cada vez mais cursos foram surgindo no mundo inteiro, sendo que Moore e Kearsley (1996, p. 20) destacam um novo momento importante, quando "a respeitabilidade da academia na formatação de cursos por correspondência foi formalmente reconhecida quando o estado de Nova Iorque autorizou o Chatauqua Institute em 1883 a conferir diplomas através deste método".

Alves (1994, p. 10) menciona a Illinois Wesleyan University como a primeira Universidade Aberta no mundo, tendo iniciado em 1874 cursos por correspondência. Landim (1997, p. 2) considera que a "primeira instituição a fornecer cursos por correspondência foi a Sociedade de Línguas Modernas, em Berlim, que em 1856 iniciou cursos de francês por correspondência".

Em 1938, na cidade de Vitória, no Canadá realizou-se a Primeira Conferência Internacional sobre Educação por Correspondência

(Landim ,1997) e mais e mais países foram adotando a ED, África do Sul e Canadá, em 1946; Japão, em 1951; Bélgica, em 1959; Índia, em 1962; França, em 1963, Espanha, em 1968; Inglaterra, em 1969; Venezuela e Costa Rica, em 1977. Alves (1994) afirma que existe, nos dias de hoje, ED em praticamente quase todo o mundo, tanto em nações industrializadas, como também em países em desenvolvimento.

Mesmo que possa haver divergências quanto à primeira instituição e ao primeiro curso a distância, a bibliografia é unânime quanto à importância da Open University da Inglaterra, criada em 1969 como um marco e um modelo de sucesso, que tem atuação destacada até hoje (Alves, 1994; Moore e Kearsley, 1996, Landim, 1997, Nunes, 1992, Holmberg, 1981, Preti, 1996).

A novidade, segundo Alves (1994 p.32) foi o "uso integrado de material impresso, rádio e Televisão (através de um acordo com a BBC) e de contato pessoal, através de centros de atendimento espalhados no país, o fato dos alunos não necessitarem apresentar certificado de formação escolar anterior (ter 21 anos é suficiente para ingressar na universidade) e o alto nível dos cursos".

A evolução da ED mencionada por Moore e Kearsley (1996), identifica a existência de 3 gerações:

1a. até 1970 Estudos por correspondência, no qual o principal meio de comunicação eram materiais impressos, geralmente um guia de estudo, com tarefas ou outros exercícios enviados pelo correio.

2a. 1970 Surgem às primeiras Universidades Abertas, com design e implementação sistematizadas de cursos a distância, utilizando, além do material impresso, transmissões por televisão aberta, rádio e fitas de áudio e vídeo, com interação por telefone, satélite e TV a cabo.

3a. 1990 Esta geração é baseada em redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia.

Sendo que não há necessariamente a substituição de uma alternativa pela outra, o que acontece é que as novas alternativas vão incorporando e ajustando as anteriores e criando um novo modelo. Moore e

Kearsley (1996, p. 19) mencionam que um grande percentual de cursos a distância ainda são conduzidos por correspondência.

A terceira geração de cursos a distância está diretamente ligada ao uso do computador pessoal e da Internet, que viabiliza "mecanismos para os estudantes se comunicarem de forma síncrona (salas de chat) e assíncrona (grupos de discussão por e-mail e net meetings), segundo Mclsaac e Ralston, (1997).

Esta tecnologia viabiliza o tipo de interação social entre alunos e professores que supera a "distância social" bem como a "distância geográfica".

1.4 O EAD no Brasil

Verifica-se que o Brasil avançou muito nesta modalidade de ensino. Há de se ressaltar que as instituições de ensino que ofertam esta modalidade de ensino devem estar preparadas para atender com pontualidade e qualidade os alunos que fazem uso do EAD.

Qualquer consideração acerca da educação a distância, no plano da graduação ou pós-graduação, passa, necessariamente, pelo estabelecimento de algumas premissas, que garantam qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, a saber: segundo Mclsaac e Ralston, (1997).

- Ampliação das possibilidades de acesso ao conhecimento e aos bens culturais;
- Flexibilização no acompanhamento e estruturação do processo de estudo;
- Organização precisa e planejamento detalhado de cada etapa do processo;
- Interação no processo de estudo e busca de maior autonomia dos estudantes na produção de conhecimentos;
- Garantia de que as propostas pedagógicas seguirão o mesmo rigor em busca de qualidade que as outras modalidades de ensino desenvolvidas pelas instituições.

Ressalte-se, ainda, que haja clareza por parte das IES que a EAD deve estar inserida em seus projetos pedagógicos, como parte de suas políticas para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão para a inserção social das classes menos favorecidas.

A Educação a Distância, por suas características, pode contribuir para o avanço de uma compreensão de educação como sistema fechado, voltado para a transmissão e transferência, para um sistema aberto, implicando processos transformadores que decorrem da experiência de cada um dos sujeitos da ação educativa. Onde tem que haver compromisso das IES que ofertam Professores, coordenadores, tutores e alunos quanto ao cumprimento de certas regras de cooperação, cumprimento de prazos, apoio motivacional e incentivo aos alunos que na maioria são adultos que deixaram o banco escolar há algum tempo.

Em síntese, a EAD, por suas peculiaridades, pode ser concebida pelas IES como uma modalidade de organização da prática pedagógica que possibilita uma (res) significação de paradigmas educacionais, sobretudo no que diz respeito: à compreensão da educação como um sistema aberto, interconectado a outras práticas sociais e a outros sistemas influenciando e sendo, também influenciado por essas conexões; ao conhecimento como processo; à dimensão tempo/espaco escolar, como construção subjetiva do saber; à autonomia do estudante no processo da aprendizagem, sendo ele quem definirá o tempo e espaço de estudo e cumprimento das atividades propostas; à interlocução no processo de comunicação dos sujeitos da ação educativa, utilizando-se de todos os recursos mediáticos disponíveis; à compreensão da educação como processo permanente e evolutivo. Mclsaac e Ralston, (1997).

A compreensão do conhecimento em rede, onde todos são atores do processo: professores, tutores, coordenadores e o próprio aluno. Além dessa possibilidade, a EAD pode contribuir para uma (res) significação ainda maior do compromisso político-social das Universidades, na medida em que permite: Mclsaac e Ralston, (1997).

- Ampliar o acesso ao ensino superior das classes trabalhadoras que não tiveram oportunidade no tempo correto;

- Maior respeito à diversidade e ritmos/estilos próprios no processo de aprendizagem, já que a maioria são alunos adultos que se utilizam desta modalidade de ensino;
- Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para garantir a interlocução entre os sujeitos da/na ação educativa;
- Maior e mais rápida socialização do conhecimento mediante a utilização de diferentes mídias.
- Possibilidade de atingir um maior número de pessoas, devido à escala de custo menor possível devido à infra-estrutura de equipamentos e recursos humanos.

1.5 EAD e sua Organização

A Educação a distância é tão ou mais complexa que o ensino presencial e para que ela tenha qualidade precisa ser organizada desde a sua proposta até a sua prática. Ao propor que um curso seja oferecido nesta modalidade, é preciso pensar em como será sua estrutura, recursos humanos, preparação e distribuição do material didático, organização do plano de ensino e das aulas, organização administrativa e de responsabilidades.

A estrutura envolve todos os recursos materiais e de espaço, necessários e adequados para apoiar a proposta do curso. Trata-se de recursos como pólos para os estudantes com acesso a Internet e tutores presenciais, bibliotecas, salas/auditórios para os encontros presenciais ou equipamentos para o uso de videoconferência, entre outros. Através do item recursos humanos é preciso delinear quem serão os participantes, suas funções no curso e responsabilidades. Isto envolve coordenadores do curso, pessoal para atendimento aos alunos, equipe técnica e administrativa, professores e tutores.

A preparação e distribuição do material didático e a construção dos planos de ensino e de aula, são de extrema importância porque devem estar de acordo com os princípios pedagógicos e técnicos do curso. Além

disso, devem ser pensados em conjunto com a estrutura e perfil dos recursos humanos que farão parte desta arquitetura pedagógica.

Por isso, que a equipe de profissionais envolvidas neste processo precisa ter clareza dos princípios pedagógicos, objetivos do curso, perfil dos atores envolvidos e suas especificidades, assim como conhecer como uns toda a proposta e seus relacionamentos.

É preciso pensar sempre que todos os aspectos mencionados estão interligados e que devem estar de acordo, para que o curso possa ter coesão e qualidade.

O aprendizado planejado, mencionado por Moore e Kearsley (2007), pressupõe o seu caráter intencional no qual professor, tutor e aluno assumem outros papéis. A partir desta concepção, o professor e o tutor auxiliam e criam deliberadamente meios para ajudar o aluno aprender, enquanto o aluno precisa se propor deliberadamente a aprender.

Na prática de ensino-aprendizagem pensada a partir da mediação pedagógica, professor e tutor ficam responsáveis pela mediação pedagógica. Assim tem entre suas funções: organizar os materiais no ambiente virtual de aprendizagem, orientar os alunos, responder as dúvidas operacionais e sobre o conteúdo, comentar as produções e interagir nas ferramentas de discussão, acompanhar e avaliar os alunos.

O aluno entra neste cenário como alguém que precisa também ter comprometimento, disciplina e organização do seu tempo e espaço de trabalho para que tenha êxito em seu aprendizado.

CAPITULO II - O QUE É O ALUNO, PROFESSOR E TUTOR VIRTUAL

A partir do redimensionamento da sala de aula como espaços de construção de conhecimentos configuram também os papéis dos envolvidos neste processo. Na EAD, além do papel do professor e estudante, há também o do tutor o qual auxilia o professor no exercício de seu trabalho como docente.

O professor a partir da mediação pedagógica é aquele que organiza, planeja e aglutina questões que apareceram ao longo de sua prática pedagógica sistematizando-a de forma a garantir o domínio de novos conhecimentos pelo grupo de alunos.

Alarcão (2004, p.30) afirma que estes profissionais têm como principais funções “[...] criar, estruturar e dinamizar situações de aprendizagem e estimular a aprendizagem e auto-confiança nas capacidades individuais para aprender [...]”

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (MEC, 2007, p. 20) acrescentam a estas funções:

- (a) Estabelecer os fundamentos teóricos do projeto;
- (b) Selecionar e preparar todo o conteúdo curricular articulado a procedimentos;
- (c) Identificar os objetivos referentes a competências cognitivas, habilidades e atitudes;
- (d) Definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia, tanto básicas quanto complementares;
- (e) Elaborar o material didático para programas a distância;
- (f) Realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem, em particular motivar, orientar, acompanhar e avaliar os estudantes;
- (g) Avaliar-se continuamente como profissional participante do coletivo de um projeto de ensino superior à distância.

O professor pode contar na EAD com os tutores que apóiam o trabalho docente, eles são os responsáveis pelo acompanhamento e comunicação sistemática com os alunos. Assim eles são o elo entre a relação professor, curso e aluno. Os Referenciais de Qualidade do MEC para Educação Superior a Distância (MEC, 2007 p.21), definem o tutor como:

Um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

Os referenciais de qualidade MEC para Educação Superior a Distância (MEC, 2007) apontam que um sistema de tutoria adequado e que qualifica o processo de aprendizagem é aquele que prevê a atuação de profissionais que ofereçam tutoria à distância e presencial. Este documento diferencia o tutor a distância do presencial. O tutor a distancia é aquele que esta distante geograficamente do aluno e exerce o seu trabalho somente via ambiente virtual de aprendizagem. O tutor presencial atende os estudantes no pólo, em horários pré-estabelecidos então seu trabalho acontece tanto presencialmente como via ambiente virtual de aprendizagem.

Os dois tipos de tutoria pressupõem que haja o domínio do conteúdo a ser trabalhado pelo curso/disciplina que o tutor esteja envolvido. Para que os tutores desenvolvam um bom trabalho é preciso que eles tenham algumas características específicas ou que as desenvolva, elas são: dinamismo, criticidade, capacidade de interagir e propor interações entre os alunos, conhecimento e habilidade com as novas tecnologias de informação e comunicação. É importante que professores e tutores sejam capacitados, conhecendo os fundamentos da EAD e modelos de tutoria existentes.

Estas capacitações devem proporcionar que estes exerçam o papel do aluno para sentir como estes se sentem, suas dificuldades, angústias e desafios enfrentados, assim como se apropriem das mídias e meios de comunicação disponíveis para uso no curso.

Outra recomendação importante dos referenciais diz respeito à quantidade máxima de alunos sob responsabilidade de cada tutor e por turma para cada professor no sentido de permitir interação efetiva no processo de aprendizagem.

O aluno é o sujeito que através de suas interações com o objeto de estudo/conhecimento e com seus colegas, tutor e professor aprendem. Assim o aluno não só é como se torna sujeito que se constitui como ser humano, pelas relações que estabelece com os outros.

A apropriação da cultura acontece de forma ativa e o aluno é parte importante deste processo, na medida em que ele também é produtor desse conhecimento, podendo trazer à tona suas vivências. Nesta abordagem os conteúdos são importante como pano de fundo para entender como é o mundo e suas relações e o processo de avaliação levam em conta o que é produzido de forma individual e coletiva ao longo do trabalho realizado e não mais a partir de um resultado final.

Os atores envolvidos (professores, tutores e alunos) na prática pedagógica de EAD precisam ter competências e habilidades mínimas, os primeiros para atuarem de forma qualificada e o aluno como forma de obter êxito em sua aprendizagem. Antes de descrever as competências e habilidades mínimas é preciso compreender conceitualmente o que significam esses dois conceitos.

2.1 Competências e Habilidades

Ser competente significa ter condições de julgar, avaliar e ponderar para solucionar problemas ou decidir entre opções. O sujeito precisa ter conhecimentos que permitam resolver ou enfrentar com sucesso uma determinada situação, desta forma é preciso que o mesmo utilize-se de seus conhecimentos ou saiba como buscá-los para utilizá-los em momentos que estes sejam necessários.

A competência implica que o sujeito aplique novos conhecimentos as estruturas dos conhecimentos já concebidos criando novas estruturas que facilitem a solução por ele de novos desafios.

Ela é o conjunto de atitudes, aptidões, capacidades, habilidades e conhecimentos que habilitam o sujeito para vários desempenhos da vida. As competências pressupõem operações mentais, ou seja, capacidades para usar as habilidades adequadas à realização de tarefas e conhecimentos.

Logo, entende-se nesta abordagem que, para ser competente é preciso saber-conhecer, saber-fazer, saber-conviver e saber-ser. As habilidades devem ser desenvolvidas na busca de competências. São definidas como capacidade relacionada ao saber-fazer de forma física ou mental determinada atividade. Autores como Moretto (2002) exemplificam habilidades como identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular. Neste sentido, a partir dos estudos realizados e das experiências teórico-práticas como pesquisadoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, percebemos que há competências mínimas necessárias, a partir da concepção da mediação pedagógica, para os atores envolvidos na modalidade EAD.

Os domínios foram criados para agrupar as competências referentes aos papéis do aluno, tutor e professor virtual. Os domínios: pedagógico, gestão/gerenciamento, suporte social e técnico foram criados a partir das categorias propostas por Litto e Formiga (2009).

Estes autores apresentam funções/dimensões relacionadas ao papel desempenhado por cada um destes atores e estas serviram de base para construção de grande parte dos domínios apresentados aqui. Já os domínios cognitivo, comunicativo e organizacional foram criados por nós de forma a agrupar as competências que apareciam na forma de atribuições de cada função com base nas leituras de Moore e Kearsley (2007), Lito e Formiga(2009), Behar (2009) e Referenciais de Qualidade do MEC para Educação Superior a Distância (MEC, 2007).

Para o professor as competências mínimas foram divididas nos domínios: cognitivo, técnico, gestão/gerenciamento, pedagógico, comunicativo

e de suporte social, para os tutores nos domínios: cognitivo, técnico, pedagógico, comunicativo e de suporte social e os alunos nos domínios: organizacional, comunicativo e técnico.

É preciso lembrar que a divisão por domínios foi construída a fim de facilitar a organização e compreensão assim como possibilitar a posterior inclusão de outras competências elementares. O domínio pedagógico refere-se à função que inclui todas as ações realizadas no sentido de apoiar o processo de ensino-aprendizagem do aluno e seu grupo. (LITO e FORMIGA, 2009).

Este domínio aparece no mapa como fazendo parte tanto da função do professor como do tutor. Para o tutor este domínio refere-se à competência de acompanhar o trabalho pedagógico, orientando, incentivando e acompanhando os alunos. Já para o professor este domínio refere-se ao uso de atos pedagógicos, técnicas para facilitar a aprendizagem, acompanhamento do trabalho do tutor e do processo do aluno, suporte em tarefas cognitivas, promoção de auto-reflexão, responsabilidade por instruir e guiar o aluno. O domínio de gestão/gerenciamento refere-se à forma que todas as atividades do curso devem ser desenvolvidas de forma que sejam eficientes no nível administrativo. (LITO e FORMIGA, 2009).

Este domínio está relacionado diretamente ao papel do professor e compreende as competências relacionadas à organização pedagógica do curso e gerenciamento das ações dos cursos, administração de discussões e trabalhos em grupo, regras e expectativas do curso e avaliação (nota, conceito e presença).

O suporte social diz respeito aos indícios/efeitos de como ocorre à comunicação social, principalmente não verbal, na sala de aula virtual. (LITO e FORMIGA, 2009). Este domínio se apresenta tanto na função do professor como do tutor na forma de avaliação dos efeitos sociais da comunicação (impessoal interpessoal e hiperpessoal).

Estes efeitos podem ser usados como forma estratégica de promover a solidariedade do grupo e criar um modelo eficiente de tomada de decisões. O domínio técnico envolve todos os aspectos técnicos envolvidos no

curso ou relacionados às ferramentas utilizadas pelo mesmo. (LITO e FORMIGA, 2009).

Este domínio novamente aparece para professores e tutores sob a forma de conhecer e dominar as ferramentas utilizadas pelo curso e para alunos como a competência de saber utilizar as ferramentas do curso.

O domínio cognitivo agrupa todas as relações possíveis com o conteúdo. Este domínio aparece para professores e tutores porque ambos precisam conhecer e dominar o conteúdo estudado. O domínio comunicativo diz respeito à presença na comunicação. O professor como instigador desta comunicação, opinando, informando, estabelecendo e mantendo contato a distância, convidando alunos para participar e corrigindo. O tutor através do estabelecimento do diálogo constante com alunos e professor. O aluno através de sua participação, questionando, refletindo e posicionando-se.

E por fim o domínio organizacional que diz respeito a várias competências relacionadas à auto-organização do aluno para que possa desenvolver um bom trabalho nesta modalidade.

Neste domínio, englobam-se as competências relacionadas a responsabilizar-se pela sua aprendizagem, auto-organizar o seu tempo de estudo, realização das atividades e interação com o grupo e ter postura ativa, criativa e comprometida. Trata-se de um primeiro mapeamento que serve como base para novas contribuições no sentido de qualificar principalmente a prática em EaD a partir da elaboração de parâmetros mínimos que possam ser considerados e discutidos com outros pesquisadores.

2.2 Ser aluno X Ser Estudante

Aluno é o indivíduo que recebe formação de um ou vários professores para adquirir ou ampliar seus conhecimentos.

Por vezes, usa-se o termo aluno como sinônimo de estudante, uma pessoa que se ocupa do estudo, relativas a um aprendizado de qualquer nível. No entanto, o estudo pode ser uma atividade individual, sem recurso a professores. Faz-se distinção, porém, entre aluno e estudante. Segundo a

etimologia, o termo aluno significa literalmente “criança de peito”, “lactante” ou “filho adotivo” (do lat. *alumnus*, *alumni*, proveniente de *alere*, que significa “alimentar, sustentar, nutrir, fazer crescer” [HOUAISS]). Daí o sentido de que aluno é uma espécie de lactente intelectual; e não alguém “sem luz”, como afirma uma etimologia falsificada que lê *a-* como prefixo de negação (note que o prefixo é grego) e *lun-* como proveniente do latim *lumen*, *luminis* (luz).

O termo aluno aponta, portanto, para a idéia de alguém imaturo, que precisa ser alimentado na boca e exige ainda muitos cuidados paternos ou maternos (Charlton T. Lewis e Charles Short. *A Latin dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1879).

Em sentido figurado ou metafórico, porém, aluno significa simplesmente “discípulo”, “aluno” ou “pupilo”, alguém que aprende de forma coletiva em estabelecimento de ensino pela mediação de um ou vários professores (FARIA MEC, 1962).

Quanto à palavra estudante (do verbo estudar), ela designa o indivíduo que se empenha em algum tipo de estudo. Sugere pessoa independente, que busca o alimento intelectual por conta própria, sem necessidade de ser alimentado na boca, e costuma fazer isto de maneira individual e/ou sem recurso a professores.

Note que, enquanto o conceito aluno aponta para a dependência e passividade; o segundo sinaliza autonomia e atividade. É preciso reconhecer que, em algumas fases escolares (educação infantil e ensino fundamental), atuamos como alunos; embora em outras (ensino médio e, principalmente, na educação superior), como estudantes. Mas não é preciso ter preconceito pela palavra “aluno”; ela é, de longe, a mais comum em contexto de sala de aula. Além disso, os termos não são antagônicos nem excludentes. Afinal de conta, o sonho de todo professor é que seus “alunos” se tornem também “estudantes”. A pedagogia moderna se esquivava do problema empregando apenas o termo “educando”.

2.3 O Estudante em EAD

Em boa parte dos casos, o estudante que estuda na modalidade a distância possui diversas expectativas: o andamento do curso, o conteúdo, de que forma o mesmo será repassado, como se darão as interações entre ele e seus colegas, com o professor. Ao ingressar em um curso a distância, o estudante deve estar a par dos procedimentos que ele terá de seguir para utilizar, de forma coerente, os recursos a ele disponibilizados no ambiente virtual da instituição.

De antemão, é necessário que o aluno busque fazer bom uso das ferramentas das quais ele dispõe; visto que o ambiente virtual, ao passo que promove a autonomia do estudante, não traz o conhecimento acabado; o aluno precisa conscientizar-se de que quem vai construir o conhecimento e administrá-lo será ele próprio.

Conforme Belloni (apud TAVARES, 2006), essas mudanças sinalizam para alunos mais autônomos, maduros e sempre prontos a aprender, contudo, os ambientes devem prover as tecnologias e as facilidades para a implementação da interação, que busca facilitar o processo de ensino-aprendizagem. É importante salientar, porém, que a interatividade é determinada pelos atores que compõem o cenário virtual, objetivando a construção do conhecimento, de forma colaborativa.

Assim, um dos pilares da formação a distância é a interação. Propiciá-la traduz-se em considerar que as diferentes formas de sentir, expressarem e comunicar a realidade pelos estudantes resulta em respostas diversas que são trocadas entre eles e que garantem parte significativa de suas aprendizagens. Em Gomez (2004, p.142) vemos que “é importante levar em consideração o sentir dos alunos diante deste mundo novo, absolutamente distante deles, mas que não o imobilizam, e sim os desafiam a se preparar também no e para o espaço virtual”.

O uso das novas tecnologias cria condições diferenciadas para que todos repensem os papéis de professor e aluno nesse novo paradigma educacional, analisando e revendo a maneira como planejam e participam das atividades pedagógicas. Como já havia dito Freire Silva (2003) afirma ser

imprescindível a interatividade entre receptor, mensagem e emissor; onde o receptor tem papel ativo, intervindo nos conhecimentos que adquire durante a sua aprendizagem. No ensino a distância, boa parte da interação entre os estudantes faz-se através das ferramentas de discussão dentro do ambiente virtual, como fóruns, chat e blog; ou ainda por meio das atividades propostas para serem realizadas fora do ambiente virtual, que visam estimular cada vez mais a comunicação e a troca de idéias entre professor, alunos, ambiente virtual e materiais de apoio.

O diferencial do ensino a distância é propor que cada aluno contextualize o conteúdo visto nas aulas de forma que ele vivencie o mesmo de forma diferenciada dos demais, devido ao fato dele construir seu conhecimento partindo do seu entendimento do mundo à sua volta.

Dessa forma, compreendemos que alunos e professores estão em busca de uma forma adequada para aprender e ensinar numa modalidade de ensino não muito recente, como muitos pensam ser, mas que a cada dia supera obstáculos e apresenta novas propostas de mediação e de possibilidades de aprendizagem. É mister, pois, investigar a possibilidade de autonomia e interatividade no ensino a distância através do ambiente virtual de aprendizagem, sendo este um elemento muito importante no oferecimento dos cursos a distância.

Além do ambiente virtual, o estudante de EAD no modelo semi-presencial também conta com os pólos presenciais de apoio, locais determinados para que o aluno obtenha suporte às suas atividades acadêmicas durante seu curso. Nos pólos, o discente deve contar com o apoio tanto pedagógico quanto administrativo da instituição, além de infra-estrutura ideal e rede de profissionais capacitados. Boa parte destes pólos estende-se a mais de um município e dão conta da grande maioria das atividades de caráter prático dos cursos.

De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007), dentre as estruturas físicas necessárias às instituições estão os laboratórios de informática com internet banda larga, com configuração e quantidade adequadas ao número de alunos da instituição e às

necessidades dos mesmos, distribuídos em todas as unidades; salas para tutoria e avaliação dos alunos; secretaria, para a gestão administrativa; biblioteca atualizada e também virtual; além de laboratórios de ensino. Nos pólos presenciais, enfim, alunos e professores mantêm contato físico, visual e virtual. Assim, a prática dos conteúdos ganha maior estímulo. A mediação aqui está muito mais acessível para ambas as partes: professor e alunos.

Os recursos usados nas aulas presenciais se equiparam ao ensino tradicional: mural, portfólios, debates, seminários, testes, exceto por um detalhe: o conteúdo visto em sala, fisicamente, também poderá ser acessado posteriormente pelos alunos no ambiente virtual.

2.4 Quem é o Estudante Virtual

Há um debate constante no mundo acadêmico sobre quem é levado a estudar on-line. Tem-se como um fato dado que os alunos que estudam on-line são adultos, pois essa espécie de aprendizagem, que se dá em qualquer lugar e a qualquer hora, permite-lhes continuar trabalhando em turno integral sem deixar de também dar atenção à família. O aluno on-line "típico" é geralmente descrito como alguém que tem mais de 25 anos, está empregado, preocupado com o bem-estar social da comunidade, com alguma educação superior em andamento, podendo ser tanto do sexo masculino quanto do feminino (Gilbert, 2001, p. 74).

Os alunos on-line poderiam ser alunos de graduação, pós-graduação ou educação continuadas pouco convencionais. Contudo, estatísticas recentes publicadas pelo National Center for Education Statistics (2002) indicam que o interesse e a matrícula em cursos on-line incluem todas as faixas etárias. Em 31 de dezembro de 1999, 65% das pessoas com menos de 18 anos haviam ingressado em um curso on-line, o que indica a popularidade crescente dos cursos virtuais do ensino médio. Cinquenta e sete por cento dos alunos universitários considerados tradicionais, com idade entre 19 e 23 anos, também ingressaram em tais cursos. Cinquenta e seis por cento das pessoas com idade entre 24 e 29 anos matricularam-se, e o índice de pessoas com mais de 30 anos que fizeram o mesmo foi de 63%. As estatísticas

confirmaram que o número de homens e mulheres é bastante semelhante. Com exceção dos grupos indígenas e dos nativos do Alasca (dos quais apenas 45% ingressaram em cursos on-line), cerca de 60% de pessoas de todas as raças participaram de tais cursos. Muitos administrados adotaram a aprendizagem a distância on-line porque acreditam que ela representa um meio pelo qual os alunos adultos, que vivem longe dos campi, podem ser recrutados.

As estatísticas citadas, contudo, é um indicador de que cada vez mais as instituições, à medida que oferecem cursos on-line, atraem também os alunos universitários tradicionais que vivem no campus, e não os alunos geograficamente distantes que os administradores esperavam.

Além disso, com o sucesso dos programas virtuais de ensino médio nos Estados Unidos, um número cada vez maior de alunos passou a tomar suas decisões sobre a escolha da universidade com base no fato de ela estar “conectada” e no número de cursos on-line oferecidos. Os alunos do ensino médio norte-americano que passaram pela experiência de aprendizagem on-line desejam continuar a aprender assim na universidade.

O fato de os cursos on-line serem freqüentados por alunos que também participam de cursos presenciais no campus universitário está criando uma série de situações: desde o preço das taxas acadêmicas até a determinação da carga horária dos professores – situações que não são resolvidas com facilidade. Contudo, tais questões, embora importantes, não são o foco deste, que é o aluno virtual – quem ele é e o que precisa para ter sucesso online.

Em vez de observar a demografia para pintar um retrato do aluno virtual ou on-line, acreditamos que os professores, os designers instrucionais e os administradores precisam observar a psicologia social dos alunos para determinar quais estão mais propensos a ter sucesso e como abordar suas necessidades.

Participar de um curso a distância é bem diferente de um curso presencial, baseado em classe. Eis algumas características importantes que para que o aproveitamento seja o melhor possível nestes cursos: Não existem aulas no sentido convencional: nesses cursos as "aulas" são na

realidade módulos semanais que contém diversos recursos para você aprender por conta própria. A aula expositiva é ministrada na forma de uma vídeo-aula gravada, e o livro, por textos recomendados de estudo, todos on-line. Além disso, neste curso você participa dos módulos na hora em que quiser, não existem horários marcados. Você constrói seu próprio conhecimento: O material exposto nas lições on-line é o mínimo necessário que o autor acha que você precisa para aprender os temas propostos.

Depende de você, depois disso, aprofundar seu conhecimento com os materiais adicionais sugeridos, ou fazendo pesquisa na Internet ou em bibliotecas.

CAPITULO III – FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

3.1 A História da Educação Física no Brasil

De 1810 até 1930 tivemos a FASE HIGIENISTA OU EUGENIA da Educação Física. Nesta fase, ocorreram estudos de medidas sócio-sanitárias, sociais e educacionais que influenciaram física e mentalmente o desenvolvimento das qualidades hereditárias dos indivíduos.

Existia uma visão da mulher frágil que deveria se tornar forte e sadia para gerar filhos, e logo houve a Liberação da Educação Física para mulheres com prole. Em 1919 o Conselho Nacional de Desportos derrubou a deliberação de sua autoria que proibia a mulher de praticar determinados esportes. Em 1929, o Anteprojeto do Ministério da Guerra passava ao Conselho Superior de Educação Física, subordinado a ele, o papel de centralizar, coordenar e fiscalizar as atividades relativas à Educação Física e o Desporto.

A partir de 1930 entramos na FASE DA MILITARIZAÇÃO, onde a Educação Física era vista como poderoso auxiliar no fortalecimento do Estado e possante meio para o aprimoramento da raça. Basicamente, a Militarização do corpo visava: Moralização do corpo pelo exercício físico; O aprimoramento incorporado à raça; Ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no trabalho. Ainda nessa fase, em 1942, tivemos a Declaração de Guerra. Começou a haver desmentidos em relação à filosofia da Educação Física. No mesmo ano, as atenções voltaram para o desenvolvimento econômico; criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizado da Indústria. O dono da indústria não era apenas o patrão do seu empregado, mas também seu educador. Além de o desporto servir para solidificar a unidade da empresa, desenvolvia a saúde e conseqüentemente a sua capacidade de trabalho.

Na FASE DA PEDAGOGIZAÇÃO, a partir de 1945, a Educação Física passou a ser vista como uma prática meramente educativa. A formação acadêmica na Educação Física era bastante diferenciada das demais faculdades, pois para essa exigia-se apenas o curso secundário e tinha a duração de dois anos, diferentemente de outras faculdades criadas à mesma época (Pedagogia, Filosofia e Letras) que tinham a duração de quatro anos. A habilitação do profissional de Educação Física também era diferenciada dos demais cursos. Formavam-se profissionais nos seguintes níveis: técnicos, especialistas, monitores e professores.

Em 1945, o curso de Educação Física passa de dois anos para 3 anos e em 1950 passa-se a exigir para a prestação do vestibular, o certificado de conclusão do curso clássico ou científico.

Em 1964, tivemos a FASE COMPETITIVISTA, que teve seu início com a revolução. Esta fase teve um caráter altamente tecnicista e elevava o espírito ufanista Brasileiro. A propaganda mostrava a força do povo Brasileiro e a necessidade de se acreditar no País, incentivando o esporte e a Educação Física.

A FASE POPULAR, após a abertura da democracia, foi ligada diretamente a modismos (academia, testes físicos, novas modalidades desportivas) e foi marcada também pela crise de identidade da educação física.

Atualmente, a tendência social vem crescendo muito junto com a busca de uma socialização da Educação Física, e também, a maior preocupação com uma Educação Física voltada para os deficientes e terceira idade, meninos de rua e populações especiais.

NA FASE BRASIL REPÚBLICA começou a profissionalização da Educação Física. As políticas públicas - até os anos 60 o processo ficou limitado ao desenvolvimento das estruturas organizacionais e administrativas específicas tais como: divisão de Educação Física e o Conselho Nacional de Desportos.

Anos 70 - Marcado pela ditadura militar, a Educação Física era usada, não para fins educativos, mas de propaganda do governo sendo todos os ramos e níveis de ensino voltado para os esportes de alto rendimento.

Anos 80 - A Educação Física vive uma crise existencial à procura de propósitos voltados à sociedade. No esporte de alto rendimento a mudança nas estruturas de poder e os incentivos fiscais deram origem aos patrocínios e empresas podendo contratar atletas funcionários fazendo surgir uma boa geração de campeões das equipes Atlântica Boa Vista, Bradesco, Pirelli entre outras.

Anos 90 - O esporte passa a ser visto como meio de promoção à saúde acessível a todos manifestada de três formas: esporte educação, esporte participação e esporte de alto rendimento.

A Educação Física finalmente regulamentada é de fato e de direito uma profissão a qual compete mediar e conduzir todo o processo que seguiu os passos abaixo relacionados:

*1946 - Fundada a Federação Brasileira de Professores de Educação Física.

*1950 a 1979 - Andou meio esquecida com poucos e infrutíferos movimentos.

*1984 - Apresentado 1º projeto de lei visando à regulamentação da profissão.

*1998 - Finalmente a 1º de Setembro assinada a lei 9696/98 regulamentando a profissão com todos os avanços sociais fruto de muitas discussões de base e segmentos interessados.

3.2 Formação de Professores de Educação Física na Modalidade à Distância

Pensar a formação de professores de Educação Física na modalidade à distância pode parecer uma tarefa estranha à primeira vista. Isso porque, quando pensamos em Educação Física, a primeira idéia que surge é a da prática corporal, elemento que será discutido no decorrer do texto.

A Educação a Distância não é novidade nem para o Brasil e nem para o resto do mundo. Em primeiro lugar, é necessário conceituar “ensino a distância”: trata-se de uma modalidade de ensino em que professores e alunos agem em condições distintas de tempo e de espaço. Por isso, falar em educação a distância não significa necessariamente falar em uso da internet, ainda que muitas vezes receba essa conotação. Segundo Nunes (2009), “a educação a distância é voltada especialmente (mas não exclusivamente) para adultos que, em geral, já estão no mundo corporativo e dispõem de tempo suficiente para estudar, a fim de completar sua formação básica ou mesmo fazer um novo curso”. Esse tipo de aluno, tendo em mãos um material didático de alta qualidade, pode estudar do princípio ao fim toda a matéria de cada programa, realizando sucessivas auto avaliações, até sentir-se em condições de se apresentar para exames de proficiência.

O Ensino a Distância no Brasil, se entendido a partir de seu sentido literal, teve seu início nas primeiras décadas do século XX. O final da década de 30 viu emergir um método de ensino-aprendizagem via postal, cujo material centrava-se em apostilas, e que tinha finalidade profissionalizante. Nessa época, em que aparelhos eletrônicos começavam a surgir, era fundamental que pessoas fossem habilitadas para consertá-los e instalá-los. E a oferta de cursos semi profissionalizantes pelo correio ganhou corpo. Para Schlunzen Junior (2009), o marco inicial da EaD no Brasil se deu em 1941, com a fundação do Instituto Universal Brasileiro. Já Voltolini aponta o Instituto Rádio Monitor, como a primeira experiência nacional em EaD, iniciada em 1939. Em seguida, o rádio foi utilizado para essa finalidade, especificamente no que se refere aos projetos Saci, Minerva e Ipê. (Belloni, 2003). Em seguida, houve a inserção dos tele cursos, veiculados pela televisão. Esses cursos eram supletivos e profissionalizantes, e ainda são elaborados e transmitidos.

Porém, foi com a criação da Secretaria de Educação a Distância, vinculada ao Ministério da Educação, que se sistematiza o EaD como uma possibilidade de ensino regular, voltado para a formação de graduação e de ensinamentos complementares, como cursos de extensão e de pós-graduação.

No Brasil, essa idéia tomou corpo e ganhou notoriedade com a Universidade Aberta do Brasil, que é vinculada a universidades federais concretas, já reconhecidas por oferecer cursos presenciais de qualidade, e que passaram a oferecer cursos também de qualidade, na modalidade a distância.

Atualmente, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a educação a distância vem ganhando concretude no cenário brasileiro, seguindo a tendência de muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento. No bojo desse processo, destaca-se a Open University que, com quarenta anos de existência, foi a pioneira com trabalhos desse tipo e atualmente, além de formar alunos, ainda presta serviços de apoio a instituições com as mesmas finalidades.

Ainda que essa modalidade educacional se apresente como uma tendência mundial e que sua inserção, no Brasil, se justifique por permitir às pessoas que vivem distantes de grandes centros acesso ao ensino superior gratuito e a uma formação teoricamente de qualidade, as críticas sobre esse mecanismo educacional são muitas, cujo argumento principal se dá exatamente no que se refere à qualidade do ensino. A área de Educação Física e Motricidade Humana apresenta um agravante ainda maior: a relação intrínseca estabelecida entre teoria e prática nessa área pressupõe que vivências corporais direcionadas são elementos necessários para a formação de professores. Porém, hoje em dia a Universidade Aberta do Brasil – UAB - já oferece treze cursos de licenciatura em Educação Física, e o mais antigo deles com excelentes resultados, até o momento, como é o caso da Universidade de Brasília.

As reflexões iniciais indicam que a minimização de vivências corporais orientadas pode ser mais benéfica do que maléfica para a formação de professores, uma vez que permite a valorização das manifestações regionais da cultura corporal, ao mesmo tempo em que não pressupõe a imposição de conteúdos tradicionais do currículo da Educação Física. É possível, então, compreender que a não orientação de vivência de atividades corporais incentiva a flexibilização curricular da disciplina de Educação Física

para os ensinos básico e médio, da mesma forma como o MEC incentiva que esse fato ocorra nos cursos de nível superior. No limite, pensar a formação de um professor de Educação Física à distância não é apenas viável, como também talvez responda melhor às questões multiculturais, que têm se apresentado fundamentais no estudo da Educação, do que com o mecanismo mais tradicional de sala de aula.

Para analisar a formação de professores devem-se considerar os fatores históricos, culturais, políticos e sociais em que é exercida a profissão (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2007). Uma profissão é conceituada a partir de suas tarefas específicas, o período de execução dessas tarefas, o regulamento do trabalho, as condições salariais “compatíveis à função exercida e dignidade no exercício profissional” (Ibid., 2007, p. 277).

A primeira escola de formação de professores de Educação Física foi o Centro Militar de Educação Física, criado pelo exército em 1922, cujo método adotado era o Francês, (MARINHO, 1953). A Resolução 69/69 estabeleceu novos objetivos para a formação de professores, acrescentando no currículo as disciplinas pedagógicas. Visava a preparar o técnico desportivo e o licenciado. Dividia-se o currículo em três áreas: Matérias básicas, profissionais e pedagógicas, permanecendo assim até a publicação da Resolução 03/87, que normatizava a formação do licenciado e do bacharel, que podiam habilitar-se técnico desportivo em nível de especialização.

O currículo dividia-se em duas partes: formação geral, que deveria ser humanística, e técnica para aprofundamento de conhecimentos (MALACO, 1996). A LDB 9394/96 deu mais autonomia às instituições para a organização dos cursos de formação de professores (BRASIL, 1996). A Resolução CNE/CES 7/2004 promulga as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Educação Física estabelecendo orientações para a licenciatura plena nos termos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores. Ela instituiu as diferenças entre o graduado (bacharel) e o licenciado de Educação Física (BRASIL, 2004). A Resolução CNE/ CP 2/2002 instituiu a duração e a carga horária dos cursos de

licenciatura para, no mínimo, 2800 horas para serem cumpridas em 200 dias letivos/ano e com duração mínima de três anos, articulando teoria e prática no seu Projeto Político-Pedagógico (BRASIL, 2002a).

Historicamente, a Educação Física tem como característica ensinar a cultura corporal, ou seja, através da docência trabalhar pedagogicamente os conhecimentos acumulados dessa cultura (Ibid., 2006). A sociedade concebe a Educação Física como uma prática inerente ao desenvolvimento da pessoa humana que contribui para uma melhor qualidade de vida, e que tem o corpo, em todas as suas dimensões, como o centro da práxis educativa (DAVID, 2002).

A identidade profissional que balizará a prática pedagógica do professor de Educação Física é construída durante sua formação. Em suma, existe uma gama de problemas que servem para que a escola e a formação de professores sejam submetidas a uma racionalidade dominadora, que imprime a necessidade de formar cidadãos que atendam ao que é exigido pelo mercado, sem desenvolver senso crítico. Cabe às instituições de formação de professores definirem que tipos de profissional querem formar: se professores aptos a conceber alunos críticos, ou mais um, para o mundo mercadológico. (DAVID, 2002).

33 Formação de Professores à Distância

Presencia-se um novo momento histórico nos cursos de formação de professores, busca-se capacitar em menor tempo, ou seja, há um aligeiramento dos cursos de licenciatura. As diretrizes curriculares permitem e deixam brechas legais para que as Instituições organizem seus cursos. O que se percebe é uma queda na qualidade dessa formação. Isso acarreta reflexos na educação básica. Estatísticas demonstram que há uma redução na procura

pelos cursos de formação de professores devido ao desprestígio social e baixos salários (TOSCHI, 2008).

Como já foi demonstrado a priori novos alunos requerem novos professores. O novo professor deve conseguir executar seu trabalho nessa realidade, ou seja, deve ser preparado. A formação inicial ou continuada nessa modalidade deve ser diferente da presencial, tal como esta se apresenta atualmente. Os cursos mediados pelas tecnologias, ministrados pela Internet podem romper com os modelos tradicionais (Ibid., 2008). De acordo com Orozco citado por Toschi (2008), a mediação tecnológica no processo de aprendizagem favorece o descobrimento (exploração) superando o modelo tradicional de reprodução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto conclui-se que para um curso em EAD seja de qualidade é necessário muita cautela em sua avaliação e é de suma importância que as instituições assumam riscos, colocando sempre novas propostas de melhoria com acompanhamento devido e com criação de indicadores de qualidade continua. O momento é propício para se buscar novos caminhos que ajudem cada vez mais a execução dos cursos, tornando o processo cada vez mais aberto e flexível para os educadores, este é um período de grandes discussões nas questões que envolvam novos projetos, de novos critérios e regras. A capacitação de novos Professores e Tutores é indispensável nesta nova fase globalizada e a Tecnologia a ser usada também deve ser levada em consideração, já que é uma ferramenta importante no desenvolvimento do ensino a distância.

Todas as discussões e debates sobre a educação e suas políticas irão possibilitar uma base mais sustentável para o ensino-aprendizagem, porém são importante que se entenda bem os argumentos, que se obtenha um significado verdadeiro das necessidades educacionais para um bom projeto político pedagógico com bases resistentes. As rápidas transformações exigem uma reciclagem cada vez mais constante e o bom profissional precisa se qualificar dia após dia, esta modalidade de curso pode proporcionar uma educação mais técnica e continuada, com um custo bem menor. A EAD deve ser praticada como outra opção para o trabalhador que busca sua qualificação continuamente e que busca cada vez mais o conhecimento, os cursos à distância também proporcionam mais comodidade e tranquilidade para aqueles que socialmente estão em desvantagem e não teriam como participar de uma educação presencial. Assim, a educação em EAD deve ser vista como um caminho para o conhecimento, uma melhoria de qualidade de vida, para que se possa construir uma sociedade bem mais justa e igualitária.

A EAD é uma excelente alternativa de estudo, com novos programas, novas tecnologias de ensino, novos resultados sendo constantemente alcançados e que estão enriquecendo cada vez mais a história da EAD no Brasil. Neste processo serão alcançados em uma escala bem maior e com muito mais qualidade uma nova geração de estudantes que estarão em seus domicílios ou locais de trabalho se capacitando, se atualizando e construindo uma nova e mais ampliada forma de acesso a educação, à cultura, ao desenvolvimento profissional e pessoal. Na passagem para o terceiro milênio, se presencia uma procura sem precedentes por educação inicial e continuada, que fascina e desafiam os sistemas educacionais já existentes, neste cenário, a EAD desponta como uma modalidade do futuro, provavelmente vivendo inúmeras etapas e processos, em busca da melhor e maior interatividade.

As atuais práticas de EAD no Brasil, analisadas, muito têm a nos auxiliar no sentido de estruturarmos uma compreensão ampliada do nosso contexto educacional contemporâneo complexo e multifacetado. Essa compreensão não pode deixar de estar associada aos diversos aspectos socioeconômicos em nosso país, nem desvincilhada da realidade de outros países, sobretudo aqueles que como o Brasil têm estado excluídos do mundo desenvolvido.

Com base na análise da pesquisa podemos perceber a importância de se desenvolver uma visão crítica e competente da área educacional, que seja capaz de identificar com clareza as nossas necessidades de educação formal e informal e que possa nos subsidiar na construção de ações e soluções justas e eficazes, agregando tecnologias e recursos humanos competentes.

No momento em que assistimos a ampliação da denominada exclusão digital, associado ao avanço inexorável do mercado de tecnologias da informação e comunicação por toda parte, pensar em EAD como proposta de democratização do conhecimento e aprimoramento das ofertas educacionais

pode significar inicialmente o enfrentamento de desafios inéditos, no âmbito político.

Podem influenciar de forma positiva a trajetória da EAD no Brasil, no sentido de melhorar o atendimento das nossas crônicas necessidades educacionais. Ainda, como trabalhos futuros recomendam-se um estudo complementar sobre a EAD, pois é difícil mudar os padrões adquiridos dos profissionais e da sociedade. O processo de mudança não é uniforme nem fácil. Iremos mudando a visão sobre a EAD aos poucos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO**, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2004.
- ALVES**, João Roberto Moreira. A Educação a Distância no Brasil: Síntese histórica e perspectivas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994
- ANDRADE**, L.C.V. ; **PIMENTEL**, M.G. Educação a Distância: Mecanismos para Classificação e Análise. Associação Brasileira de Educação a Distância. Disponível em: <http://www.abed.org.br-texto08.doc>. Acesso em: 30 Nov. 2013.
- BEHAR**, Patricia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. São Paulo: Artmed, 2009.
- BELLONI**, Maria Luiza. Educação a Distância. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- BONIN**, Iara. et allu. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: políticas e tecnologias. XIV ENDIPE – Econtro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008. Livro 4. p. 531-552.
- BRASIL**. LEI N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional BRASIL.DECRETO N.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394/96 - Educação a Distância. BRASIL. DECRETO N.º 2.561, de 27 de abril de 1998. Altera o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.
- BRASIL**, SEED/MEC: Referenciais de Qualidade de EAD de Cursos de Graduação aDistância, 2007. Disponível em: Acesso: 22/10/2013.
- DAVID**, Nivaldo A. N. A formação de professores para a educação básica: dilemas atuais para a educação física. Revista Brasileira de ciências do esporte. Campinas,SP, v. 23, n.2, p. 119-133. jan. 2002.
- EAD/ENSP**. Diretrizes para as Atividades do EAD. Rio de Janeiro.
- GOMES**, C. A. A educação em novas perspectivas sociológicas. São Paulo: EPU, 2004.
- FREIRE**, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- LANDIM**, Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira. Educação à distância: algumas considerações. Rio de Janeiro: s.n.1997.
- LITTO**, F. GAYOL, Y. Interview-speaking personally- with frederic Michael Litto. The American Journal of Distance Education, v. 11, n. 2, p. 71-71, 2009.
- MALACO**, Lais Helena. As disciplinas humanísticas e o currículo de educação física, segundo a percepção de alunos e docentes. MOTRIZ. V.2, n.1. jun. 1996. Disponível em: <

ww.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/02n1/V2n1_ART03.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2013.

MARINHO, Inezil P. Sistemas e métodos de educação física. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1953.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -MEC. Site oficial do Governo. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em 17 de novembro de 2013.

MOORE, Michael; **KEARSLEY**, Greg. Educação a distancia: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 1996 207 p.

MORAES, M.C. O paradigma educacional emergente. São Paulo: Papyrus, 1997.

NUNES, Ivônio Barros. Noções de Educação a Distância. Disponível em: <<http://www.ied.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2014;

SANTOS, Ivanilde Pereira dos; **BLÁSQUES**, Florentino. Incorporação das Novas Tecnologias no Ensino Superior. Goiânia: R&F, 2000.

SCHLÜNZEN, K. JR. A Educação a distância na formação profissional: construção de uma cultura acadêmica. In: **TRINDADE**, M. A. B. (Org.). As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para o desenvolvimento de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS). São Paulo: Instituto de Saúde, 2011.

UNESCO. Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações sobre políticas educacionais. Florianópolis: Unesco, 1997.

Voltolini, R. (2009). Educação a distancia: algumas questões. ETD – Educação Temática Digital, 10(2), 123-139.